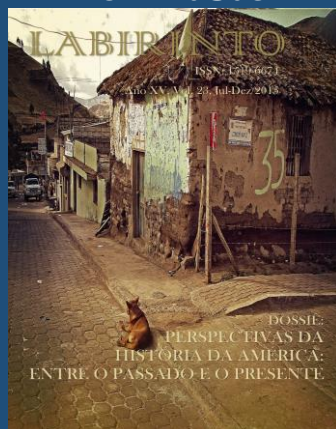


UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XV
VOLUME 23
(JUL-DEZ)
2015
PP. 238-261.

**O POSITIVISMO COMO PROJETO POLÍTICO: O CASO DE PERNAMBUCO E O
RIO GRANDE DO SUL (1875-1889)**
(POSITIVISM AS A POLITICAL PROJECT: THE CASE OF PERNAMBUCO AND RIO GRANDE DO SUL (1875-1889))

FLÁVIA BRAGA

Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco

Bolsista CNPq

flaviabrunabraga@gmail.com

RESUMO: O positivismo, além da sua vertente filosófica, teve uma orientação política voltada pela defesa de uma Ditadura Republicana. No Brasil imperial, apenas duas províncias voltaram-se para esse projeto político antiliberal: Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Mais do que uma mera semelhança doutrinária, membros de ambos os movimentos políticos estabeleceram uma aliança paralela e concorrente ao domínio de Quintino Bocaiúva no plano nacional. Este artigo buscou trabalhar a estrutura de ambos os movimentos, buscando neste momento inicial, estabelecer quais pontos de semelhança e divergência podem servir para entender de que maneira o positivismo se adaptou às diferentes realidades locais brasileiras sem, no entanto, serem completamente estranhas entre si.

PALAVRAS-CHAVE: República; Positivismo; Pernambuco; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: Positivism, further then its philosophical wing had a political orientation in defense of a Republican Dictatorship. In imperial Brazil, only two provinces defended this ant liberal political project: Pernambuco and Rio Grande do Sul. More than a doctrinal similarity, members of both political movements established a parallel alliance that

O POSITIVISMO COMO PROJETO POLÍTICO: O CASO DE PERNAMBUCO E O RIO GRANDE DO SUL (1875-1889),
DE FLÁVIA BRAGA

competed with Quintino Bocaiúva's dominium in national ground. This article traced both movements, searching in this initial moments, to establish how similar and different they are, and how it could help to understand how positivism adapted to each different Brazilian localities without, however, be completely strange between them.

KEY-WORDS: Republic; Positivism; Pernambuco; Rio Grande do Sul.

A ideia para este artigo surgiu das contínuas perguntas que me foram feitas sempre que apresentava o tema do movimento positivista em Pernambuco no final do Império. A pergunta sempre gira em torno da mesma indagação: o quão semelhante ou divergente foi o positivismo em Pernambuco em relação ao caso gaúcho?

Primeiramente, o ‘caso gaúcho’ não é apenas um termo comparativo, mas uma aproximação real entre a propaganda republicana iniciada em 1882 na cidade de Porto Alegre e a efervescência política pernambucana no mesmo período. Mais do que apenas uma semelhança doutrinária, Pernambuco e o Rio Grande do Sul tiveram personagens comuns em suas histórias, como Barros Cassal, Germano Hasslocher, Borges de Medeiros, Aníbal Falcão e outros tantos. Muito além de meros estudantes de direito, os vínculos estabelecidos por esses republicanos criaram uma ponte transnacional entre os positivistas ao longo do Império. Este artigo procura estabelecer as bases iniciais de uma história comparada e interligada do positivismo brasileiroⁱ através do caso entre Pernambuco e Rio Grande do Sul no período específico da propaganda que

se encerrou com a Proclamação em 15 de novembro de 1889.

Rio Grande do Sul e Pernambuco foram as únicas províncias do Império em que os partidos republicanos assumiram uma orientação positivista. Por essa razão, divergiram de boa parte dos princípios estabelecidos pelo Manifesto Republicano de 1870, propagandeando em favor da Ditadura Positivista de caráter antiliberalⁱⁱ. O meio da década de 1870 parece ter sido o período comum das primeiras manifestações positivistas nas províncias, pois na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (de agora em diante, Rio Grande) data de 1874 (BAKOS, 2006, p.11), em São Paulo em 1874 (MELLO, 2012), e no Recife em 1875 (HOFFNAGEL, 1975). Enquanto que o Rio Grande, com a República e após uma guerra civil, instaurou um regime positivista que perduraria até o século XX, em Pernambuco os positivistas se viram fracassados nas suas tentativas. Entretanto, no âmbito da propaganda antes da Proclamação, positivistas do Norte e do Sul do Império estavam inseridos num processo comum de aliança política.

Com base na renovação dos estudos da história política a partir da década de 1980, “A Nova História Política” (RÉMOND, 1994) orienta-se para o alargamento das questões que envolvem o estudo do poder. Desta forma, além da estrutura do Estado e da cúpula dos partidos, o historiador que tem a política como objeto de estudo voltou-se para o estudo das redes de sociabilidade e da prosopografia coletiva (HEINZ, 2006), para o estudo dos conceitos e do discurso político (POCOCK, 2003; KOSELLECK, 2006), e na historicidade da filosofia política (SKINNER, 2002). Este artigo buscou, conforme as novas orientações da história política contemporânea, analisar comparativamente dois movimentos políticos no Império do Brasil através da análise de discurso, práticas políticas coletivas, estudo das redes de sociabilidade e adaptação filosófica às necessidades regionalizadas.

O NORTE NO SUL

Em 4 de março de 1884 aportou no Rio Grande do Sul um correligionário do recentemente fundado jornal partidário *A Federação*. Aníbal Falcão, já um reconhecido

representante do movimento republicano positivista do Norte do Império, foi recebido com entusiasmo. Para ele foi dada uma missão: contribuir para a guerra editorial contra a *Gazeta de Porto Alegre* acerca das perseguições aos botocudos na cidade de Santo Ângelo e produzir um opúsculo sobre a educação primária obrigatória a ser discutida na Assembleia Provincial.

Inspirado na concepção positivista de valorização das minorias e afastamento do determinismo biológico, o artigo “Pelos Índios” assinado por Aníbal foi integralmente publicado na *Federação* em 31 de março de 1884. Em seu artigo, rebateu a *Gazeta* ao indagar:

Mas o que determinou a repulsão que hoje inspiramos aos indígenas? A nossa ferocidade. [...] porque os índios – é preciso dizê-lo com toda esta redundância – não são cruéis por crueldade; ao contrário, o seu excelente natural foi proclamado pelos primeiros colonos europeus. Nem cabe a destinação que a *Gazeta* faz, julgando mais ferozes os

botocudos. Se eles se mostram hoje mais encarniçados, é que eles foram exatamente os que mais sofreram da brutalidade destruidora dos ocidentais [...].

A defesa do índio, entretanto, esbarra na visão culturalista do positivismo (LEITE, 1987), ao considerá-los ainda na fase ‘fetichista’ da civilização. Mas o que um artigo sobre os botocudos tem a ver com o movimento republicano em Pernambuco e no Rio Grande do Sul? A meu ver, a opinião de um colega positivista vindo de tão longe do Império e intimamente relacionado com a política da Corte, trouxe um elemento mais ‘nacional’ a um grupo que buscava se firmar ideológica e partidariamente na província. Buscar correligionários de fora para debater assuntos locais pode ser uma estratégia dupla: manter aliados com orientação partidária próxima, levando-se em consideração a força de São Paulo e Minas Gerais para o movimento republicano liberal regionalmente mais perto, mas também firmar-se como o porta-voz local do positivismo brasileiro.

Aníbal Falcão, chefe nacional do movimento republicano positivista em Pernambuco, estava ligado em grau de parentesco com um reconhecido membro do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense). Sua irmã, Sílvia Falcão, casou-se com Barros Cassal que viria a ser um ‘agente duplo’ em ambas as províncias – fez parte do PRR assim como do PRP (Partido Republicano de Pernambuco), contribuindo para uma ligação entre os movimentos (BEVILAQUA, 1977. p.169).

Desde sua fundação como jornal oficial do PRR, *A Federação* manteve-se atualizada sobre as ações dos republicanos em Pernambuco. Argemiro Galvão, numa resenha sobre o livro *Estilhaços* de José Isidoro Martins Júnior, líder local dos republicanos em Pernambuco, considera-o um dos seus correligionários, pois, apesar de não concordar com sua estética [poesia científica] diz que “sentimo-nos livres com Martins Júnior, e sentimo-nos livres porque Martins Júnior é um espírito despreocupado [...] a poesia que convém ao nosso século é a poesia que convém à ciência” (GALVÃO, 1885). A ciência, para os positivistas ao longo do Império, era a linha-mestra orientadora de qualquer produção humana. De acordo com Ricardo Pacheco

(2006, p.145) “a ação politicamente planejada e cientificamente embasada era capaz de não apenas transformar o mundo, mas de recriá-lo segundo os seus desejos”. Desta forma que, apesar de discordar da estética, a atitude de Argemiro Galvão em considerar a poesia de Martins Júnior de “esplêndido talento” tinha uma motivação política específica: enaltecer a ciência.

Um ponto de semelhança entre o Rio Grande e Pernambuco, para os propagandistas, estava no passado republicano comum. Tanto os gaúchos quanto os pernambucanos buscaram associar a Revolução Farroupilha e a Revolução Praieira, respectivamente, como argumento para a vocação local para a República. Em um artigo não assinado, publicado em 15 de dezembro de 1885, o articulista enaltece os republicanos em Pernambuco por afirmar que a província sempre foi partidária da liberdade, tendo sido massacrada pela ‘ditadura em 48’. Ainda dá a notícia de que “agora mesmo, na cidade do Recife, cogita-se seriamente a organização do partido republicano. À frente dos agitadores acha-se o nosso correligionário Dr. Isidoro Martins Júnior” (ANÔNIMO, 1885). A forma como a política de Pernambuco é vista no Rio Grande

me parece uma forma de lançar argumentos indiretos sobre o movimento republicano gaúcho e suas dificuldades de ascensão na província, diante do predomínio liberal após a Guerra do Paraguai (VARGAS, 2007).

A repressão posterior às revoluções supracitadas, aliado ao fato de que em ambas as províncias o Partido Liberal era forte, despertava paixões sobre a política em Pernambuco. Em uma carta dirigida a José Isidoro Martins Júnior, Aquino Fonseca dá conselhos públicos ao ‘correligionário do Norte’ ao ser incisivo: não desistir da candidatura em favor de Joaquim Nabuco, pois este só havia sido eleito [na famosa eleição de 1884ⁱⁱⁱ] por causa dos votos republicanos. Por isso clama que Pernambuco deve seguir o mesmo caminho de São Paulo, Rio Grande do Sul e da Corte, ao cortar as relações com os liberais. Seu tiroteio aos liberais se estende até contra José Mariano Carneiro da Cunha (líder local da facção democrata do Partido Liberal) ao acusá-lo de ser um “reconhecido – e sempre acossado – inimigo do trono e do altar”, mas, por conveniência, manter-se no partido monárquico. Ainda diz que está “informado que na Capital, como em outros pontos do

território pernambucano, tem a causa republicana muitos amigos sinceros, os quais, iludidos pelos chefes do partido [liberal], tomam até o nome de liberais-republicanos (!!!)” (FONSECA, 1885). Ao enfrentarem a oposição de Gaspar Silveira Martins e seus aliados, os gaúchos parecem ter levado suas contendas para os outros correligionários.

Mas as situações eram diferentes. No caso de Pernambuco a aliança entre republicanos e liberais-democratas era amistosa (até meados de 1889) e até profícua para ambos os lados. Se José Mariano e Joaquim Nabuco ganhavam votos por isso, assim como mantinham a ‘mancha republicana’ sob controle, os republicanos ganhavam visibilidade e importantes aliados dentro da estrutura política imperial que lhes era negada. Eram em sua maioria filhos de profissionais liberais urbanos, estudantes de direito sem perspectiva profissional (ALONSO, 2002, p.138), comerciantes, meros guarda-livros, caixeiros, gente sem recurso que, naquela condição social e política, serviu-se da aliança com Nabuco e Mariano de forma a amplificar suas forças.

Diferentemente dos gaúchos, os positivistas em Pernambuco tinham pouquíssimos recursos financeiros, pior acesso aos cargos públicos e, por essa razão, uma tímida influência eleitoral. Os pernambucanos não tinham um rico Assis Brasil em suas fileiras, nem provinham de famílias de estancieiros como Júlio de Castilhos (ALONSO, 2002; HOFFNAGEL, 1975). De acordo com as conclusões de Jonas Vargas (2007, p.21),

(...) acreditamos que não há sustentação empírica para considerar que os republicanos fossem mais bem instruídos do que os liberais e conservadores, nem de que provinham de famílias economicamente mais modestas do que as da elite política provincial. Ambos os grupos provinham, principalmente, de famílias de estancieiros médios e abastados, com bases em todos os municípios da província (...).

Na perspectiva de Joseph Love (1975, p.29) os republicanos gaúchos formavam um grupo cerrado, unidos entre si não só pela região, mas pela educação e, nos casos mais proeminentes, por negócios familiares. Também Céli Pinto associa a origem regional dos republicanos ao afirmar que “eram, em sua maioria, provenientes da região norte do estado, de ocupação recente e mais pobre que a campanha” (1986, p.10). A conclusão de Jonas Vargas é, portanto, um novo indicador da heterogeneidade regional do PRR e da quebra da tese de que os positivistas seriam unidos pela educação superior. Ainda conclui Vargas (2007, p.98) que grande parte dos conservadores era formada no Recife, com quase ausência de liberais. Tassiana Sacool também indica uma mudança de interpretação sobre esses republicanos ao discordar de Céli Pinto acerca da não-vinculação entre os positivistas e a oligarquia local, mas, ao contrário, havendo indícios de uma continuidade conservadora (2012, p.1083). Entretanto, como irei trabalhar mais adiante, por ter encontrado número significativo de gaúchos em Pernambuco com orientação republicana, discordo da concepção de que

em Recife se formavam apenas membros do Partido Conservador.

Em outros pontos, entretanto, foram bastante similares. As duas províncias podem ter seus movimentos republicanos avaliados em dois períodos diferentes, o liberal na década de 1870 e o positivista em 1880. Essa divisão já foi feita por historiadores que identificaram, isoladamente, o mesmo processo histórico (PICCOLO, 2010; HOFFNAGEL, 1975) em que após as revoluções republicanas, suas antigas lideranças deram continuidade com a propagação da ideia alicerçada em bases democrático-liberais e federativas. No caso gaúcho esse ‘conector’ geracional foi Apolinário Porto Alegre e, para Pernambuco, José Maria de Albuquerque Melo. Interessante é notar que os dois republicanos se desvincularam do grupo, alegando, ambos, a forte influência positivista do novo movimento (BAKOS, 2006, p.30; HOFFNAGEL, 1975, p.144). A visão de duas fases do republicanismo não é apenas metodológica, mas fez parte da forma como os próprios personagens se enxergavam diante das mudanças. Além disso, ambas as províncias fundam seus clubes republicanos no mesmo ano de 1878, em parte ligado à

volta dos liberais ao gabinete, conseqüentemente acirrando as diferenças entre esses jovens marginalizados e as oportunidades políticas fechadas.

No Rio Grande e Pernambuco, os republicanos buscaram promover jornais diários baratos, de forte tendência doutrinária e de ampla circulação. No Rio Grande trata-se de *A Federação* (1884) e em Pernambuco da *Folha do Norte* (1883) ambos circulando diariamente por \$60, preço acessível na época^{iv} (NASCIMENTO, 1972). Também compartilhavam da marginalização política em relação à estrutura imperial (PINTO, 1986, p.10; ALONSO, 2002, p.137), não faziam parte das mesmas famílias ligadas ao Estado através de cargos públicos, nem de cargos políticos. Entretanto, as províncias gozavam de prestígio diferente, se considerados seus partidos monárquicos. O Rio Grande, mesmo com ascendente influência após a Guerra do Paraguai, não chegou a igualar sua importância a Pernambuco que, apesar de passar por uma profunda crise econômica e ter seu número de habitantes diminuído, não perdeu os altos postos do Império. Os republicanos positivistas eram em suas províncias, portanto, marginalizados em relação aos partidos

liberais. Ambos mantiveram-se alinhados com o Apostolado, mesmo após o rompimento de Miguel Lemos com Pierre Laffitte em 1883.

O SUL NO NORTE

De acordo com Jonas Vargas (2007, p.64), a elite provincial do Rio Grande do Sul destinava seus filhos para as faculdades de Direito conforme uma orientação profissional futura. Aqueles que visavam os cargos políticos do Império, em geral, eram encaminhados à Faculdade de Direito de São Paulo, já os que desembocavam na magistratura vinha majoritariamente da Faculdade de Direito do Recife. Essa demanda deve estar relacionada com o decreto imperial nº2342 que criou mais 11 distritos jurídicos no Brasil, aumentando a necessidade por desembargadores. Para as províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram criados sete tribunais de relação em 1874. José Francelino de Araújo acredita que “a migração de advogados nortistas e nordestinos para o Rio Grande do Sul, deveu-se às boas relações de Borges de Medeiros e André da Rocha,

contemporâneos da Faculdade de Direito do Recife” (1996, p.93).

Essa diferença entre as faculdades de direito não me parece ter causado diferenças no maior ou menor empenho dos estudantes gaúchos na propaganda republicana. Nas duas houve presença considerável e ativa. Dentre as inúmeras associações existentes em Pernambuco no final do Império, o *Clube Republicano 12 de Setembro* agregou quase todos os estudantes de direito naturais do Rio Grande do Sul na década de 1880 (CASTILHO, 2008; HOFFNAGEL, 1975). Um clube de mesmo nome também foi fundado na Faculdade de Direito de São Paulo (PACHECO, 2006, p.144), o que parece demonstrar que os republicanos gaúchos buscavam no passado provincial uma forma de provincializar seus projetos políticos. No estudo ainda em andamento que dedico à dissertação de mestrado, encontrei 11 gaúchos que participaram^v do movimento republicano em Pernambuco^{vi}. É justamente entre os anos de atuação dos positivistas (1875-1889) em que há o maior número de gaúchos formados no Recife (19 no total)^{vii} (ARAÚJO, 1996, p.41-2).

GAÚCHOS PARTICIPANTES DO MOVIMENTO REPUBLICANO EM PERNAMBUCO (1875-1889)

Alfredo Varela	Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
Antônio de Souza Neto	Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
Frederico Bastos	Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
Germano Hasslocher	Jornal A República (1882); Jornal Eusébio de Queiroz (1882);
João Cardoso	Assinante do Manifesto de criação do PRP; Jornal A República (1887); Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
João Carlos de Medeiros Pardal Mallet	Jornal O Anti-Rebate (1887); Jornal A Esmola (1887); Jornal O Recife (1888); Revista do Norte; Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro; Escreveu no Recife os romances ‘O Hóspede’ (1888) e Meu Álbum (1887)
João de Barros Cassal	Direção do PRP; Jornal Eusébio de Queiroz (1882); Articulador da visita de Silva Jardim
João Vieira Braga	Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
Moy P. Viana	Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro

Telles de Queirós	Jornal A República (1887); Jornal 12 de setembro; Membro do Clube 12 de setembro
Argemiro Cícero Galvão	Jornal O Rebate (1885-8)

Fontes: *Jornal O Rebate* (PE); *Jornal 12 de Setembro* (PE); *Jornal O Anti-Rebate* (PE); *Jornal A República* (PE); *Jornal Eusébio de Queiroz* (PE); *Jornal A Federação* (RS) – ALONSO (2002); HOFFNAGEL (1975); CASTILHO (2008); BEVILÁQUA (1977); ARAÚJO (1996); LOVE (1975); PINTO (1986).

Além disso, comenta José Francelino de Araújo que era comum que gaúchos começassem seus estudos em São Paulo e os terminarem em Recife por motivo de insubordinação, como era o caso de Fernando Luís Osório e Francisco Marques da Cunha (1996, p.42-4). Pela presença de gaúchos nas fileiras republicanas em Pernambuco, o Centro Republicano, criado em 1886, tratou de comemorar o passado farroupilha no Norte e congregar todos os correligionários para uma noite movimentada. A República do Piratini foi tema das conferências pronunciadas por Manoel Coelho dos Reis, Barros Cassal e, por uma hora, José Isidoro Martins Júnior (HOFFNAGEL, 1975). Após tocarem a marselhesa no Teatro Santo Antônio, um dos mais prestigiados da

capital, seguiram rumo a um grande banquete. Um correspondente do jornal *O Paiz* (RJ) transcrito pela *A Federação* (RS) informa que os pratos foram servidos com pequenas bandeirinhas com desenho do barrete frígio e, exaltado pela distribuição gratuita do manifesto de Bento Gonçalves no Recife, relata que

Em animado e cordial convívio, os republicanos do sul e do norte do Brasil, ali reunidos, saudaram em numerosos e entusiásticos brindes as suas aspirações políticas, reinando a mais completa e perfeita confraternização nesse banquete de correligionários (ANÔNIMO, 1886).

Apesar do tom exaltado do articulista, seu relato indica o esforço, por parte do Centro de Pernambuco, em promover uma comemoração política sobre um evento distante no tempo e no espaço, mas fundamental para conservar uma relação entre aliados existente desde o início da década de 1880. Não apenas isso, mas um evento tão pontual como esse foi ressaltado por um jornal da corte. Na minha visão, um

evento político e republicano como esse, que excluía os poderosos partidos de São Paulo e Minas Gerais e estabelecia uma aliança entre duas províncias distantes espacialmente, mas próximas em orientação doutrinária, demonstra que, apesar da força dos republicanos do sudeste, havia outras articulações em disputa.

As relações entre os positivistas do Rio Grande, São Paulo, Corte e Recife são articuladas dentro de uma mesma rede de relações sociais que ainda são pouco conhecidas: Clóvis Beviláqua, do Recife, era amigo íntimo de Silva Jardim que, por sua vez, foi companheiro de imprensa de Júlio de Castilhos em São Paulo, este tinha relações próximas com Miguel Lemos, do Apostolado, que também tinha contato com o ex-fundador da Igreja Positivista, Aníbal Falcão, do Recife. As relações são inúmeras e não cabem num artigo, mas é importante destacar que um banquete em Recife podia configurar uma extensa malha política que ligavam republicanos através do Império e, não necessariamente, desligados dos valores liberais do Manifesto de 1870. Vale ressaltar que o golpe de 15 de novembro de 1889 se direcionou não apenas à Família

Imperial, mas também aos setores dissonantes de Quintino Bocaiúva, cujos membros figuravam tanto do PRR quanto do PRP, mas também do Apostolado, surpresos com uma república que não lhes foi confiada.

Apesar de adeptos do positivismo de Comte, cada província desenvolveu uma leitura específica do teórico francês para a conjuntura local que desejavam promover. Primeiramente, pernambucanos e gaúchos divergem quanto ao tratamento dado a questão da Abolição. No primeiro congresso de formação do PRR, em 1882, os republicanos gaúchos deixaram claro que a questão escrava deveria ser decidida por cada província. Nas “Bases” do PRR publicadas em 1884 continuariam cautelosos com o escravismo, não se comprometiam com um movimento nacional (PICCOLO, 2010, p.25). Já os pernambucanos, apesar de só terem formado oficialmente o partido em 1888, assumem uma postura radicalmente abolicionista desde o surgimento dos primeiros jornais, na década de 1870. Aníbal Falcão, no livro *Fórmula da Civilização Brasileira* (1883) defende a mesma posição adotada por ele mesmo e Teixeira Mendes no artigo *Apontamentos para o Problema Social*

do Brasil publicado na Gazeta da Tarde (RJ, 1880) pela indenização ao escravo.

De acordo com Margareth Bakos, as resoluções do Congresso Republicano Rio Grandense de 1883 previram, por 8 votos a 7, que a questão da abolição e da religião [de estado] fosse deixada de lado como uma forma de garantir a união do grupo (2006, p.19) mas Joseph Love complementa ao afirmar que já em 1884 passaram a adotar uma postura de condenação à escravidão, entretanto mantendo a opinião de que cada província deveria resolver-se autonomamente (1975, p.30). Os pernambucanos, contrariamente, mantiveram-se sob a orientação religiosa de Comte de que a escravidão era uma condenação moral e não deveria ser tolerada em nenhum território brasileiro. Talvez por essas razões a adesão de setores da classe agrícola tenha sido bem menor em Pernambuco, se comparado com o Rio Grande.

Segundo, divergem sobre o federalismo. Defensores de uma maior autonomia, os positivistas gaúchos se aproximam mais da visão paulista sobre a independência das províncias, em razão de estarem o Rio Grande do Sul e São Paulo numa posição

desvantajosa nos quadros políticos do Império. Desta forma, Rio Grande e Pernambuco estavam em uma posição bastante diferente se comparadas acerca da representatividade de suas províncias no quadro político do Império, conforme o quadro abaixo:

TABELA 1 - REPRESENTATIVIDADE DAS PROVÍNCIAS NO IMPÉRIO, EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS PROVÍNCIAS BRASILEIRAS (%)

	INÍCIO DO SEGUNDO REINADO				FINAL DO SEGUNDO REINADO			
	P	R	M	D	P	R	M	D
PE	12,37%	14,34%	4,34%	12,38%	7,19%	8,52%	15,16%	10,40%
RS	2,62%	4,57%	0%	2,85%	6,26%	8,55%	12,12%	4,80%

LEGENDA: PE: PERNAMBUCO; RS: RIO GRANDE DO SUL. P: POPULAÇÃO; R: RIQUEZA; M: NÚMERO DE MINISTROS; D: NÚMERO DE DEPUTADOS.

FONTE: CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. **A CONSTRUÇÃO DA ORDEM**. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1980, P.104-5.

De acordo com o quadro acima se pode tomar algumas considerações a que poderiam decorrer na forte presença do sentimento federalista no Rio Grande e nas suas aspirações por maior participação política. Entre o início do Segundo Reinado e seu final,

Pernambuco perdeu uma parte considerável da sua população, chegando a quase equivaler em número ao Rio Grande. Além disso, teve sua economia superada por este último, entretanto, permaneceu com uma bancada política superior aos gaúchos, ainda que estes tenham conquistado significativo aumento. Não seria difícil imaginar, portanto, que a plataforma política do PRR abarcasse, em grande parte, o discurso federalista dos liberais neste período. De acordo com Joseph Love (1975, p.39) a adaptação do federalismo ao pensamento de Comte é uma “deturpação” de sua teoria e, portanto, um positivismo tipicamente gaúcho. Discordavam, portanto, dos pernambucanos que, diante da depreciação da importância de Pernambuco no Império, poderia perder poder numa República Federativa, cujas províncias mais ricas se tornariam, por consequência, nas mais poderosas (HOFFNAGEL, 1975, p.169). Por essa razão, em Pernambuco, a orientação de Comte de manter um estado centralizado e forte foi mantida.

Em relação aos partidos monárquicos de ambas as províncias, a correlação entre o Partido Liberal e o Conservador local teve algumas diferenças significativas que influenciaram sobremaneira na forma como o

movimento republicano se comportou em cada uma. Primeiramente, na década de 1870, o partido Conservador Rio Grandense, que havia sido o mais poderoso no início do segundo reinado, sofreu um cisma que os dividiram entre Lobos e Cordeiros, enfraquecendo sua força diante do Partido Liberal liderado por Gaspar Silveira Martins (VARGAS, 2007). Desta forma, o grande ‘inimigo’ a ser combatido pelos positivistas gaúchos era o crescente Partido Liberal. De acordo com Céli Pinto, diferentemente das outras províncias, a ideia de República surgiu no Rio Grande de forma desvinculada dos liberais (1986, p.9).

Já em Pernambuco os partidos Conservador e Liberal eram ambos muito fortes, mas foi do lado liberal que aconteceu a cisão entre Leões e Cachorros, estes últimos orbitavam em torno de José Mariano Carneiro da Cunha, continuamente acusado de ser um ‘criptorepublicano’ (HOFFNAGEL, 1975, p.139). Por assumir uma plataforma discordante do resto do seu próprio partido ao defender a abolição e representar, ao lado de Joaquim Nabuco, vozes dissonantes da estrutura partidária, republicanos e cachorros tinham uma posição comum de ataque a elementos da

monarquia, ainda que divergissem em relação a mudança de regime. Tanto para o Rio Grande quanto para Pernambuco, a opção pelo positivismo indica, também, uma forma de se diferenciar da influência dos partidos liberais. Foi essa também a conclusão a que chegou Eliane Superti ao analisar a extensão da base social do PRR ao afirmar que “a construção da proposta positivista para enfrentar regionalmente o domínio de Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal, tinha nesse alargamento seu alicerce principal” (2004, p.136). Por ser ainda um ponto de análise em construção, não trabalhado por Marc Jay Hoffnagel, não posso confirmar se o mesmo processo aconteceu em Pernambuco, mas há indicativos documentais que o PRR era bem mais heterogêneo em sua base do que se imagina até o momento.

Em termos de estrutura partidária, Céli Pinto considera o PRR pequeno, mas muito bem organizado e disciplinado (1986, p.10). Dos 46 republicanos encontrados por Walter Spalding (1969 apud LOVE, 1975, p.29), 37 nasceram na década que vai de 1855 a 1864, sendo, portanto, muito jovens na década de 1880; e cerca de 2/3 desses formados na Faculdade de Direito

de São Paulo, ou seja, eram jovens com curso superior. No caso do PRR, Marc Hoffnagel encontrou estrutura semelhante. Em sua análise encontrou 49 republicanos, dois quais 22 eram estudantes de direito entre 1880-8, portanto também jovens com curso superior (1990, p.176). Em minha dissertação de mestrado, ainda em andamento, apesar de confirmar essa grande participação de bacharéis de direito no movimento, tenho encontrado um universo maior e mais diversificado desses republicanos. Acredito que a divergência esteja nas fontes utilizadas por Marc Hoffnagel que se restringiram a apenas 3 jornais republicanos, quando esse número pode chegar a mais de 80 [entre os anos de 1875 a 1889] (NASCIMENTO, 1972). De qualquer forma, em termos comparativos, a disciplina do PRR não foi encontrada no PRR. Além de só terem formado o partido após a Lei Áurea, não lograram estabelecer uma estrutura mais unitária em torno da orientação positivista. Acredito que este entrave esteja relacionado com a tímida força financeira e com a aliança aos liberais-democratas da província, algo não encontrado para o caso gaúcho.

Por essas razões, o positivismo no Rio Grande do Sul possuía capital, disciplina e espaço político para lograr, ainda que mediante uma guerra civil, permanecer no poder até o Estado Novo (SUPERTI, 2004). Tal êxito não alcançou os positivistas pernambucanos que, após um breve período no início da República, sofreram um processo de apagamento da memória (FALCÃO, 1933).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha proposta neste artigo foi analisar os pontos de semelhança/discordância entre o movimento republicano positivista em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Muito além de mera aproximação ideológica, essas duas províncias estabeleceram contato direto e firmaram alianças políticas concorrentes ao republicanismo liberal associado ao grupo liderado por Quintino Bocaiúva. Ainda que de forma inicial, tentei demonstrar as redes de solidariedade política entre os positivistas nos mais diversos pontos do Império, além de responder a perguntas frequentes de pesquisadores e interessados acerca da única província do Norte do

Império onde o positivismo se tornou o programa oficial do Partido Republicano.

Gaúchos e Pernambucanos compartilhavam da estratégia de associar seus passados republicanos farroupilha e praieiro para justificar a evolução teleológica para a República. Também eram semelhantes em enfrentar uma estrutura forte dos Partidos Liberais, que os forçaram a buscar maneiras de diferenciação, como a adoção do positivismo. Ambas as províncias passaram por duas fases do movimento republicano, iniciando as primeiras manifestações positivistas no início da década de 1880. Estavam excluídos dos cargos públicos e políticos do Império e chegaram a ter membros comuns em seus movimentos, como Pardal Mallet e Barros Cassal.

Tinham origem social distinta, entretanto. Enquanto que para o Rio Grande a vinculação com famílias estancieiras era comum, no caso de Pernambuco o número de membros vindos da classe agrícola era bem reduzido. Também eram diferentes no grau do poder financeiro, sendo os pernambucanos os que tinham maior dificuldade de exercer uma influência eleitoral e propagandística em todo o território da

província. Para escaparem a essa limitação, diferentemente dos gaúchos, estabeleceram uma aliança relativamente duradoura com a ala democrata do Partido Liberal, em torno de José Mariano Carneiro da Cunha e Joaquim Nabuco. Divergiam também em alguns pontos da doutrina de Comte, principalmente em relação ao federalismo e ao abolicionismo. Enquanto gaúchos foram enfáticos no caráter federalista, tal posição não foi assumida pelos pernambucanos. Já sobre a Abolição, ainda que o PRR tenha assumido uma posição favorável em 1884, manteve-se na posição de dar às províncias autonomia sobre a questão, algo impensado pelos pernambucanos, que associavam a escravidão ao desvirtuamento moral e, portanto, condenável em todo o Brasil.

Independente das divergências, a aliança entre os positivistas em Pernambuco e no Rio Grande do Sul demonstra uma rede política ampla com uma proposta bastante divergente do Manifesto de 1870, ainda que guardassem pontos de concordância. Entretanto, ainda não há um estudo que possa interligar a estrutura do positivismo brasileiro enquanto um projeto político

possível e realizável. Este artigo indicou apenas os primeiros passos.

REFERÊNCIAS

ANÔNIMO. 20 de setembro. **Jornal A Federação** (RS), 12 de outubro de 1886.

ANÔNIMO. Republicanos em Pernambuco. **Jornal A Federação** (RS), 15 de dezembro de 1885.

FONSECA, Aquino. Esforço de uma carta dirigida ao Dr. Isidoro Martins Júnior. **Jornal A Federação** (RS), 15 de dezembro de 1885.

GALVÃO, Argemiro. Estilhaços, versos por Martins Júnior. **Jornal A Federação** (RS), 9 de novembro de 1885.

ALONSO, Ângela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 83-118.

ALONSO, Ângela. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº28, 2011.

ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: correntes positivistas brasileiras e o caso Pereira Barreto. **Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo-USP, 1995.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, José Francelino de. **A Escola do Recife no Rio Grande do Sul**: influência dos nordestinos na magistratura, no magistério e nas letras jurídicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

BAKOS, Margaret (org.). **Júlio de Castilhos**: Positivismo, Abolição e República. Porto Alegre: IEL: Edipucrs, 2006.

BEVILAQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Brasília: INL, 1977.

BOEHRER, George. **Da monarquia à República**: a história do partido republicano do Brasil. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo : Cia das Letras, 1987.

CASTILHO, Celso. Agitação abolicionista, transtornos políticos: o Recife na véspera da Campanha Abolicionista. In: ALBUQUERQUE, Severino J. (org.) **Conferências sobre Joaquim Nabuco nas universidades de Wisconsin e Yale**. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2010.

CASTILHO, Thomas Celso. **Abolitionism matters**: the politics of antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888. University of California, PhD, 2008.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. A Ideia abolicionista em Pernambuco. **Revista do IHAGP**, V.VI, 1891. p.247-268.

DANTAS, Laércio Albuquerque. **A Escola do Recife e os discursos sobre a criminalidade:** teorias científicas e projetos de sociedade no Recife das décadas de 1880-90. Dissertação de mestrado em História. PPGH-UFPE, 2013.

EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança:** a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **A Esperança e o desencanto:** Silva Jardim e a República. São Paulo: Humanitas, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a Abolição. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 27, pp.181-195, nov. 2006.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A linguagem republicana em Pernambuco (1824-1835). **Varia História**, Belo Horizonte, Vol.27, nº45, 2011.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. **Abolição:** A liberdade veio do Norte. Recife: Massangana, 1988.

HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOFFNAGEL, Marc Jay. **From monarchy to republic in northeast Brazil:** the case of Pernambuco, 1868-1895. Indiana University, PHD, 1975.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista (1880-8). **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, nº2, 1988.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Recife entre a monarquia e a república. **Anais da XXV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)**. Rio de Janeiro, 2005.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Rumos do republicanismo em Pernambuco. In: DANTAS, Leonardo (org.). **A República em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1990. P.157-179.

HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco. **Revista CLIO**, Vol. 28.2, 2010.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**: O Brasil Monárquico. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**: discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : Contraponto : Puc-Rio, 2006.

LACERDA, Arthur Virmond de. **A República Positivista**: teoria e ação no pensamento político de Augusto Comte. Curitiba: Juruá, 2000.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. **O Senado nos anos finais do Império (1870-89)**. Brasília: Senado Federal, 1978.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. “Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo”. **Revista de Antropologia** 30/32 (1987): 255–275.

LEONÍDIO, Adalmir. O “Republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República. **Revista Diálogos**, Vol. 11, Nº1-2, PP.193-213.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O Império é que era a república: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. **Revista Lua Nova**: São Paulo, 85: 277-311, 2012.

MAC CORD, Marcelo. Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais: mutualismo, cidadania e reforma eleitoral de 1881 no Recife. In: MAC CORD, Marcelo. MARSON, Isabel. A Imprensa Político-Partidária em Pernambuco. In: **O movimento Praieiro**. São Paulo: Moderno, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio**: o imaginário da restauração pernambucana. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**, 26, 2008. P.15-31.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. Rio de Janeiro : FGV Editora, 2007.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República versus Monarquia: a consciência história da década de 1880. **Revista História Unisinos**, 14(1), 2010.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. A militância do Apostolado Positivista do Brasil em favor da abolição da escravidão por intermédio de opúsculos e correspondências (1881-1888). **Anais do XV Encontro Regional de História**. ANPUH, Rio de Janeiro, 2012.

MELO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira ; Brasília : INL, 1984.

OZANAM, Israel. **Capoeira e Capoeiras entre a Guarda Negra e a educação física no Recife**. Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFPE, 2013.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Capítulo VII. In: PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. PADOÍN, Maria Medianeira. (orgs.) **Coleção História Geral do Rio Grande do Sul: Império**. Volume 2. Porto Alegre: Meritus, 2006.

PICCOLO, Helga I. L. **A crise do Império nas partes do Brasil**: o caso do Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, N° 14 (1), 2010.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo** (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo, Edusp, 2003.

RAUSCH, Fábio Flores. HOHLFELDT, Antônio. A campanha do Partido Republicano Rio-Grandense pela proclamação da República nas páginas de A Federação. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos-SP, 2007.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, volume 7, número 13, 1994.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Na região da campanha ou nas capitais de província: a atuação da família Assis Brasil na propaganda republicana (1881-1889). **Anais do XI Encontro Estadual de História (ANPUH-RS)**. Porto Alegre, FURG, 2012.

SIMON, Maria Cecília. O Positivismo de Comte in: REZENDE, Antônio. **Curso de Filosofia**, 15ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, pp.144-158.

SKINNER, Q. **Visions of politics** (vol. I: *Regarding method*), Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

SUPERTI, Eliane. **Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.

SUPERTI, Eliane. Positivismo e escravidão: um estudo sobre o projeto positivista de reorganização das relações de trabalho no Brasil no final do século XIX. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História. ANPUH**, João Pessoa, 2003.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)**. Dissertação de mestrado em História, PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2007.

XAVIER, Paula Lima. ROCHA, Marina Leal de Carvalho. SÁ, Vera Borges. Jornais de bacharéis da Escola do Recife como espaço de sociabilidade no século 19: a produção de Martins Júnior. **Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, Natal, 2015.

Recebido em: 17/12/2015

Aprovado em: 14/01/2016

Publicado em: 29/01/2016

NOTAS

ⁱ Ainda não há um trabalho sistemático do positivismo brasileiro como um projeto político nacional que interligue as relações entre Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Ceará e Rio Grande do Norte, principais províncias onde houve alguma plataforma política concorrente ao liberalismo republicano.

ⁱⁱ A Ditadura Positivista consistia na adoção de um regime de governo republicano com um líder aclamado pelo povo. Além disso, previam a eliminação do poder legislativo, transformando-o em uma casa orçamentária, a inclusão do proletariado na

sociedade, um regime de harmonia social e rigidez moral altruísta. Para se ter uma ideia de como essa ditadura seria implantada, sugiro consultar LEMOS, Miguel. MENDES, Teixeira. *Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira*: Em nome da Humanidade, da pátria e da família. Câmara Federal, 1934 [1890]; *A Constituição federal e as constituições dos estados da república do Brazil*: precedida aquela de uma parte histórica e acompanhada de alguns decretos posteriores. Pelotas: Echenique & Irmão, 1895-1896. *Normas Republicanas* [Manifesto de criação do Partido Republicano de Pernambuco, dezembro de 1888]. In: PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *A ideia republicana*

no Brasil através dos documentos: textos para seminários. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

ⁱⁱⁱ Eleição de Joaquim Nabuco e José Mariano em 1884 ficou conhecida como “a eleição abolicionista” que arregimentou um enorme contingente de pessoas.

^{iv} Com base na análise dos jornais publicados em Pernambuco entre 1875-1889 os periódicos populares custavam entre \$40 e \$60. Ângela Alonso (2002) também constatou que esses jornais eram baratos.

^v Borges de Medeiros concluiu seu curso de direito no Recife, mas não encontrei participação sua no movimento e, portanto, não está incluído na lista.

^{vi} Certamente que o número de gaúchos na província era superior a esse número, mas estou concentrando minha análise na atuação dos que contribuíram para o movimento republicano.

^{vii} Para a mesma referência encontram-se 13 gaúchos formados entre 1832-74 e 11 formados entre 1889-1909.